



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

ATA N.º 10

MANDATO 2017/2021

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Valongo, realizou-se uma sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Valongo, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1 - Intervenção do público; -----
- 2 - Período antes da ordem do dia. -----

ORDEM DO DIA -----

- 1 - Aprovação das atas das reuniões realizadas nos dias 08.03.2018, 27.04.2018 e 03.05.2018. -----
- 2 – DISCUTIR E VOTAR PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE:-----
 - 2.1 - Abertura de procedimento concursal para provimento de Cargos dirigentes intermédios de 2.º grau e submissão à aprovação da Assembleia Municipal a constituição do júri; -----
 - 2.2 – Abertura de procedimento concursal para provimento de Cargos dirigentes intermédios de 3.º grau e submissão à aprovação da Assembleia Municipal a constituição dos júris. -----
 - 2.3 - Contas Consolidadas do Município de Valongo, do ano 2017; -----
 - 2.4 - 3ª Revisão do Orçamento e 3ª Revisão das Grandes Opções do Plano do ano 2018; -----
3. Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo. -----
4. – Eleição de dois elementos para integrar a CPCJ de Valongo. -----

Estavam presentes trinta e um elementos, cujos nomes constam da lista de presenças com as respetivas rubricas. Presentes, também, o Senhor Presidente da Câmara José Manuel Pereira Ribeiro, os/as senhores/as vereadores/as Ana Maria Martins Rodrigues, Orlando Gaspar Rodrigues, Paulo Jorge Esteves Ferreira, Maria Manuela Maria Manuela da Silva Moreira Duarte, José Maria Veloso Delgado, Alberto Frenando Correia Neto, Vânia Marta da Silva Moreira Penida e Tiago Manuel Venâncio Meirinhos. -----

Verificou-se as substituições ao abrigo do art.º 78º da lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, dos Membros da Assembleia Municipal Alexandre Manuel da Silva Teixeira, Cátia Sofia Andrade Gonçalves Lima, João Fernando da Costa Morgado, Manuel Ramos de Melo, Maria da Trindade Morgado do Vale e Nuno Miguel Borges pinheiro Cardoso, tendo sido substituídos, respetivamente, por Jorge Manuel Ferreira da Rocha, Miguel Filipe Barbosa Machado, Miguel António Pereira Oliveira, Berta Maria dos Santos Ferreira Pinheiro, Luís Paulo Moreira Cunha e Tiago Alexandre Gaspar Sabença. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, deu início à reunião. -----

O Senhor **Primeiro Secretário, António Joaquim Queijo Barbosa**, procedeu à chamada dos Membros da Assembleia Municipal. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, convidou a Membro Ana Carina Fonseca da Silva para substituir a Segunda Secretária na Mesa. -----

De seguida deu a palavra aos munícipes. -----

O Senhor **Munícipe Celestino Marques Neves**, disse que requereu a consulta destes dois processos no dia 4 de junho, até hoje não tinha resposta apesar das várias tentativas de contacto e de já terem sido ultrapassados os prazos determinados pela lei do acesso aos documentos administrativos. Hoje ao final da tarde recebeu um email a comunicar que devido à Lei de proteção de Dados deveria ter utilizado um formulário específico para assinar uma declaração de confidencialidade. -----

Disse de seguida que apenas pretende consultar os processos, se houver confidencialidade que tenha que assumir, assume, mas essa situação não lhe foi colocada em momento algum. -----

Relativamente à IEME, a IEME tem um pedido de licenciamento e pretende saber o que é que está pedido porque há ali várias condicionantes em termos de infraestruturas que convém ter em conta. ---

Continuou dizendo que sobre o PUCCA – Plano de Urbanização do Centro Cívico de Alfena, era de 2007, caducou, entretanto foi reaberto em 2016, foi publicado em Diário da República com 18 meses para ser elaborado um novo plano, que terá terminado em dezembro de 2017, gostava de saber se caducou novamente, qual o ponto de situação em que está. -----

Sobre a prevenção de incêndios alertava para o facto de situações por resolver, nomeadamente terrenos que são municipais. -----

Fez um requerimento ao senhor Presidente da Assembleia Municipal a solicitar o acesso à gravação da sessão da Assembleia Municipal realizada em Alfena, pedido recusado pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, porque a Conferência de Representantes terá decidido que as gravações não são documentos mas sim suporte para elaboração da ata. -----

O senhor Presidente da Assembleia informou-o de que solicitou um parecer à CADA, tendo solicitado cópia desse pedido, esta foi-lhe recusada. -----

A Senhora **Munícipe Rosa Soares Moreira Bastos**, disse que a Câmara Municipal aprovou um projeto na Rua do Pinheiro que retira a entrada comum a todos os moradores. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Quando reparou o que se estava a passar dirigiu-se à Câmara Municipal de Valongo onde lhe marcaram uma reunião para o dia 11/06/2018 às 15.30 horas. No dia e hora marcada foi à Câmara para a reunião com o senhor Arquiteto onde compareceu sem o processo em questão. Depois de explicada a situação ao senhor Arquiteto e mostrando-lhe a fotografia da entrada, disse que esta passagem não podia ser trocada, no prazo de 15 dias passaria por lá um Engenheiro mas até ao dia 26/06/2018 não apareceu ninguém. Fez várias tentativas para falar com o senhor Arquiteto por telefone que nunca atendeu, dirigiu-se novamente à Câmara Municipal de Valongo mas o senhor Arquiteto continua indisponível, pretendia que o processo seja analisado e se reponha a devida legalidade. -----

O Senhor **Munícipe Sérgio Silva**, disse que possui um cabeleireiro há mais de 42 anos no Largo do Centenário, onde exerce a sua atividade profissional, local que, agora, é pedonal. -----
Ultimamente tem sido barrado de parar à porta, na sua opinião tem o direito de parar à porta do seu estabelecimento as vezes que precise. Não pretende estacionamento, mas parar quando assim o necessitar. -----

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que relativamente à intervenção do senhor Celestino Neves a resposta que foi enviada tem a ver com a entrada em vigor, no passado dia 25 de maio, do novo Regulamento Geral de Proteção de Dados, que veio complicar a vida das organizações públicas e todas aquelas que lidam com dados. O Município de Valongo, como todos os outros municípios, foi obrigado a tomar medidas adequadas à proteção dos dados pessoais. O senhor Celestino Neves pode consultar os documentos mas tem que primeiro subscrever uma cláusula de confidencialidade, depois disso consulta como sempre consultou. -----

Sobre o PUCCA o processo evoluiu muito lentamente, precisam desse planeamento e vão fazê-lo. ---
Sobre a questão da prevenção de incêndios tomou nota, ainda esta semana reuniu com as pessoas da Câmara e o que dizem é que todos os terrenos da Câmara que estão na rede secundária foram intervencionados. -----

Sobre o caso da senhora Rosa Batos o assunto é acompanhado pelo senhor Vereador do Urbanismo e o melhor seria reunir com ele para verem o que se passa, pois não tem o processo para poder responder. -----

Relativamente à intervenção do senhor Sérgio sobre o Largo do Centenário, é uma zona pedonal, das várias vezes que foi facilitado o acesso àquela zona as pessoas abusaram e passam a fazer daquilo local de estacionamento, vão tentar encontrar uma solução. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, disse que relativamente à intervenção do senhor Celestino Neves, esclareceu que foi feito um requerimento para consulta da gravação da Assembleia Municipal realizada em Alfena. O pedido suscitou-lhe algumas dúvidas, colocou a questão na Conferência de Representantes onde houve várias opiniões tendo optado por solicitar um parecer à CADA - Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos. -----
Posteriormente o senhor Celestino Neves solicitou-lhe os argumentos que enviou à CADA tendo decidido não lhe deveria entregar. Quando tiver o parecer ser-lhe-á dado conhecimento do mesmo. -
De seguida deu a palavra aos Membros que pretendessem intervir. -----

A Senhora **Membro do Grupo Municipal do PS, Catarina Maria Moreira das Neves Lobo**, fez a leitura de um **Voto de Pesar** que se anexa à presente ata como **Doc.1**. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Daniel Filipe Alves Felgueiras**, fez a leitura de um **Documento** anexo à presente ata como **Doc.2**, cujo teor se transcreve: -----

“Tendo em conta que no passado mês de maio a Autoridade Nacional de Proteção Civil registou 2.260 ocorrências de incêndios rurais, mais do triplo das registadas o ano passado (707) e cerca de seis vezes mais do que em 2016 (380). -----

Tendo também em conta que no passado mês de maio, o dispositivo aéreo de combate aos incêndios esteve envolvido em 396 missões, aparentemente com uma taxa de sucesso de 97% no ataque inicial. -----

Ainda tendo em conta dados provisórios do Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, que indicam que a área ardida em maio foi de 1.101 hectares, contra 724 no ano passado e 610 em 2016, o que é profundamente inquietante. -----

O PPD/PSD que saber se a CMV tem conhecimento relativamente ao Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais (DECIR), que está em nível reforçado – nível III até 30 de junho -, dispositivo de 8.187 operacionais, apoiados por 1.879 viaturas e 37 meios aéreos, meios aéreos esses que aumentam de 37 para 48 a partir de 15 de junho, qual a distribuição de meios alocados ao concelho de Valongo e a sua prontidão. -----

O PPD/PSD quer também que o Presidente da CMV se pronuncie sobre o facto do Comandante Operacional Nacional da Proteção Civil ter dito e passo a citar “Em maio houve 2 mil incêndios. Não foram notícia porque o sistema funcionou”. Então o sistema funciona quando há mais área ardida este ano do que em período homólogo do ano passado só porque não há notícias? Então a eficácia do sistema é medida pelo número de notícias? Queremos os comentários do Presidente da CMV relativamente a isto. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Por último o PPD/PSD que ser informado sobre as ações diretas implementadas/estimuladas pela CMV no sentido de preparar a época de incêndios de 2018 no concelho de Valongo, assim como solicita informação concreta sobre quantos terrenos foram limpos, na esfera pública e privada.” -----

A Senhora **Membro do Grupo Municipal da CDU, Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, fez a leitura dos seguintes documentos: -----

Moção – Obras na A4 – Túnel de Águas Santas, anexa à presente ata como **Doc.3**, cujo teor se transcreve: -----

“A empreitada de alargamento da A4, entre Águas Santas e Ermesinde vai ser retomada no próximo mês, após ter estado parada durante quase 1 ano devido a um processo judicial. -----

Apesar desta boa notícia de arranque dos trabalhos, consideramos que, tal como referido pelo próprio presidente da CM de Valongo, a obra por si só não irá resolver o problema de congestionamento da entrada/saída de Ermesinde. É necessário e urgente que seja construída uma nova saída e um novo acesso à A4, na zona da área de serviço de Águas Santas, que permita um escoamento direto daqueles que pretendem aceder às zonas de Águas Santas e Baguim, assim como a retirada da portagem em Valongo, permitindo que todos os que pretendem aceder a zonas para lá de Ermesinde o façam através da saída de Valongo. -----

Pelos motivos expostos, propomos que a AM aprove a seguinte moção: -----

A Assembleia Municipal de Valongo reunida em 26 de junho de 2018 recomenda ao executivo camarário que: -----

envie para os diferentes grupos parlamentares/governo um pedido de audição da CM, onde possa ser exposto este problema e a solução de construção de um novo nó em Águas Santas. -----

- encete diligências junto das entidades competentes para as sensibilizar para o necessário fim das portagens em Valongo e a retirada dos antigos pórticos em Ermesinde, por forma a libertar o fluxo diário de tráfego proveniente desta freguesia que conflui para o nó de Ermesinde, reduzindo assim os condicionalismos existentes na entrada e saída desse nó.” -----*

Requerimento – Transportes Públicos para Sobrado anexo à Presente ata como **Doc.4**, cujo teor se transcreve: -----

“Na AM de 26 de fevereiro de 2018, por proposta da CDU, foi aprovada por unanimidade uma recomendação acerca da problemática da inexistência de transportes públicos em Sobrado. -----

Assim, recomendou a AM que a CM de Valongo encontrasse as “melhores soluções para defesa dos direitos dos Sobradenses” e que fossem “estudadas soluções para a cobertura de Sobrado pelos STCP, disponibilizando mais horários e integrando este percurso no zonamento do Andante”. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Passados 4 meses desde a aprovação desta recomendação, pretendemos saber quais as diligências feitas pela CM de Valongo para a solução deste problema que tanto afeta a vida dos Sobradenses.” --

Moção – Transportes Públicos anexa à presente ata como **Doc.5**, cujo teor se transcreve: -----

“Considerando que: -----

- *Por força do Regulamento Comunitário 1370 de 2007 e da sua transposição para a lei portuguesa, consagrado na Lei 52/2015 que aprovou o Regime Jurídico do Serviço Público do Transporte de Passageiros, foram transferidas para as autarquias locais competências sobre transportes públicos sem qualquer transferência de recursos e sem a devida criação das Regiões Administrativas; -----*
- *Entretanto, o atual Regime Jurídico determina ainda que, até dezembro de 2019, terminem todas as concessões, licenças e alvarás, obrigando a iniciar o processo de contratualização da operação do serviço público de transporte de passageiros; -----*
- *A oferta do serviço público de transporte e as opções que vierem a ser tomadas devem garantir a melhoria da qualidade e fiabilidade do serviço público de transportes, promover a mobilidade e a qualidade de vida das populações; -----*
- *Existindo a STCP na Área Metropolitana do Porto (AMP), empresa de capitais públicos e gestão pública que opera em seis municípios, a mesma deve ser considerada como solução para operador interno da AMP, uma vez que esta é a que melhor pode garantir a qualidade de vida e mobilidade das populações; -----*

Assim, a Assembleia Municipal reunida no dia 26 de junho de 2018 decide: -----

1. *Recomendar que a Câmara Municipal de Valongo defenda a opção de considerar a STCP o operador interno da AMP no processo que se vai iniciar, de contratualização da operação do serviço público de transporte de passageiros a partir de 2019; -----*
2. *Solicitar que seja presente para debate neste órgão autárquico o ponto de situação dos trabalhos que estão a decorrer, seja no âmbito do Conselho Metropolitano, seja a nível concelhio, para possibilitar uma cuidadosa atenção a esta questão do serviço de transporte público tão importante para a vida das populações do nosso concelho, de forma a garantir que haja uma melhor cobertura da rede de transportes com horários adequados, que o custo suportado pelos utentes tenha uma redução significativa através de um passe social intermodal; -----*
3. *Intervir em todo este processo de forma a garantir que os direitos de todos os trabalhadores das diversas empresas sejam devidamente assegurados; -----*
4. *Exigir que a Administração Central continue a financiar o sistema, dado que o serviço de transporte público é da sua exclusiva responsabilidade enquanto não houver regionalização.” -*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do CDS/PP, Tiago Ferreira da Silva Moreira Dionísio**, começou por dar os parabéns ao senhor Presidente da Assembleia pela iniciativa das visitas às freguesias, bem como das reuniões com as IPSS. -----

No seguimento das reuniões com as IPSS, instituições cujo propósito é dar expressão ao dever cívico de solidariedade e de justiça, sendo fundamentais para dar apoio às pessoas que mais necessitam. -- Durante essas reuniões foram levantados alguns problemas pelos representantes das diferentes instituições, dentro os quais um problema, aparentemente, comum a todas elas, os transportes. Todas essas instituições puderam contar no passado com o apoio pontual da Câmara no fornecimento de veículos para as suas deslocações em grupo, umas vezes com motorista pago, outras vezes pago pelas instituições, atualmente apoiam-se nelas próprias ou em privados para conseguirem realizar as deslocações. Todas as instituições sentem que era um apoio precioso e proporcionava uma grande ajuda no desempenho das suas atividades. -----

Perguntou se existe algum constrangimento para que se possa disponibilizar esse apoio às IPSS e qual é a via que as instituições devem usar para solicitar esse apoio. -----

Por várias vezes o Grupo Municipal do CDS trouxe à Assembleia preocupações relacionadas com a elevada taxa de desemprego do Município. -----

Analisando dados da PORDATA constatou que o Município é um dos mais afetados pelos elevados níveis de desemprego, uma realidade no panorama Nacional, na Área Metropolitana do Porto, ou mais facilmente comparável com os municípios vizinhos. -----

Dos Municípios que fazem fronteira com Valongo apenas um possui níveis de desemprego equivalentes, na casa dos 9,1%, sendo que a média dos vizinhos é consideravelmente inferior na ordem dos 8%. -----

Assim, num Município com cerca de 94 mil pessoas cerca de 6 mil pessoas estão desempregadas, 6 mil pessoas a precisar de boas decisões da Câmara. -----

Perguntou que incentivos existem para o estabelecimento de empresas no Município e/ou criação de emprego, se existem incubadoras de empresas ou que mecanismos estão criados para dar apoio ao desemprego, quais as medidas que estão a ser tomadas. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do BE, António Fernando Correia Monteiro**, fez a leitura dos seguintes documentos: -----

Recomendação – Pela urgente elaboração duma estratégia local ao abrigo do 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação – DL n.º 37/2018, de 4 de junho, anexa à presente ata como **Doc.6**.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Recomendação – Adesão do Município à tarifa social de resíduos urbanos, anexa à presente ata como **Doc.7.** -----

Moção – Pelo direito das populações migrantes, por uma resposta de acolhimento de pessoas refugiadas, pelo repúdio das políticas xenófobas, anexa à presente ata como **Doc.8.** -----

Disse de seguida que no Susão, na Rua D. Pedro IV, a meio da rua existe uma curva bastante perigosa para quem se desloca a pé porque não tem passeios para os peões, nem de um lado nem do outro, há que fazer algo, sinalizar ou fazer uma lombada naquele local. -----

Na Rua General Almeida Pimentel tem local para estacionamento de um lado e do outro mas não existe passeios para os peões, o que constitui um perigo para quem lá passa a pé. -----

A rua paralela ao viaduto, em frente à saída da antiga feira, na direção do Continente para além de estar toda esburacada também não tem espaços reservados aos peões. -----

Há quatro meses falou numa situação à porta da Escola Primária dos Lagueirões, na Rua Salgueiro Maia no meio de uma urbanização tem vegetação de 3 metros de altura com a agravante de cobrir os passeios obrigando as pessoas a descer para a estrada. -----

A Via do Peregrino a 200 metros da rotunda da Santa Rita foi feito o rebaixamento do passeio para cadeiras de rodas e carrinhos de bebé, foi feito a 3 metros da passadeira, gostaria de ter uma explicação, bem como não existe nenhuma papeleira nessa Via. -----

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Alfena, Arnaldo Pinto Soares**, começou por agradecer a visita da Assembleia Municipal a Alfena, visitaram alguns pontos que considera sensíveis. -----

Relativamente à resposta que foi dada ao Grupo Municipal da CDU sobre o edifício da Junta de Freguesia, já se disse tudo o que havia a dizer, o processo em 2014 parou, em 2017 a Junta de Freguesia pediu a documentação e agora é necessário dar andamento ao processo. -----

Quando dizem se é a Câmara que tem que construir, não sabe, pelo menos tem que ajudar pois Alfena também não tem estádios, pavilhões, museus e nas outras freguesias existem e a Câmara também construiu. -----

Portanto, pedem uma Junta de Freguesia para atender os fregueses condignamente e para quem lá trabalha ter condições. -----

Terminaram as épocas desportivas, vão começar novas épocas desportivas e Alfena não tem equipamentos desportivos mas tem instituições que prestam esse serviço pelo Município. Perguntou se a política do Município vai continuar a ser a mesma ou se vai olhar para os custos de funcionamento dessas instituições têm e numa parte significativa de compensá-los, tal como faz nas outras freguesias onde paga o uso das instalações que são municipais. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Alfena está a perder alunos, já houve que reorganizar entre a Escola E.B. 2.3 e a Secundária para que não houvesse problemas de frequência, mas sem transportes escolares para a Escola Secundária o problema vai continuar a colocar-se, é um assunto de que já falam há muito tempo. ----- Os transportes públicos, hoje, são titulados pelos municípios, o Município de Valongo também faz parte, portanto acha que é de reequacionar, já que estamos a terminar o ano letivo e em breve se iniciará outro e os pais já vão perguntando se há transportes para o ano, se não há vão matriculá-los em Ermesinde ou em Águas Santas porque assim o transporte passa à porta. -----

Depois, quanto à ponte de Cabeda, eventualmente será o problema da expropriação mas as pessoas estão-se a lamentar com a sinalização que foi colocada em termos de estacionamento, ficaram pior do que o que estavam antes, é natural que a situação melhore quando for possível construir a baía de estacionamento mas os comerciantes dizem que não estão nada bem, estão pior porque foi colocada linha amarela, eventualmente essa linha devia ter sido colocada depois de ser feita a baía de estacionamento. -----

Rua de Vilar e Bento Júnior, dos poucos investimentos que estão previstos em Alfena para 2018, não lhe parece que tenha sido lançado concurso, se não foi lançado concurso vai ser obra para iniciar em outubro ou novembro para depois se gastar o dinheiro no próximo ano e andam a aprovar orçamentos para depois não os concretizar e as verbas a passarem para o ano seguinte. -----

Tem um documento da Câmara Municipal, que é o Relatório Sobre o Estado do Ordenamento do Território de Valongo, uma proposta para discussão pública, onde Alfena tem a segunda maior taxa de crescimento populacional a seguir a Valongo, em termos de investimento médio por habitante é a última freguesia mas a que está a seguir tem o dobro para a que recebe, Alfena nem um teço recebem por habitante. -----

Preocupa-o que os poucos investimentos não avancem, o próprio relatório, que é da Câmara, prova que aquilo que a Junta de Freguesia vem dizendo é verdade e a própria Câmara reconhece nesse documento que Alfena é prejudicada. -----

De seguida entregou um **Requerimento** anexo à presente ata como **Doc.8**. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PS, Hugo Jorge da Rocha Padilha**, fez a leitura dos seguintes Requerimentos: -----

- **Requerimento** sobre intervenções no âmbito do Plano Municipal de Acessibilidade para Todos, anexo á presente ata como **Doc.9**; -----

- **Requerimento** sobre o Apeadeiro do Susão e o túnel de Acesso à Estação de Caminhos de Ferro de Ermesinde anexo à presente ata como **Doc.10**. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Paulo Miguel da Silva Santos**, disse que quanto às visitas às freguesias que acompanharam e louvam é uma iniciativa interessante, simplesmente entendem que o senhor Presidente simplifica um bocadinho demais. -----

Não basta dizer aos Membros da Assembleia para estarem às 9 horas à porta da Junta, convinha que houvesse um programa que dissesse às 9 horas à porta da Junta e a seguir vão visitar tal instituição com tal tema, depois vão visitar outra instituição, isso sobretudo para os partidos se prepararem convenientemente para o tema para depois ter uma visita mais apropriada. -----

Disse que a resposta que o senhor Presidente da Câmara que deu ao Município sobre o Regulamento Geral de Proteção de Dados, o Governo já garantiu uma moratória de três anos para os organismos da Administração Pública, apesar da moratória que o Governo vai aplicar o senhor Presidente da Câmara vai avançar. -----

Continuou dizendo que saiu um Despacho no Diário da República, II Série, de 12 de junho, feito pelo senhor Secretário de Estado do Orçamento e a Secretária de Estado Adjunta e da Educação, onde os senhores secretários de Estado entendem que é necessário realizar obras de conservação em escolas com caráter de urgência de forma a garantir o normal funcionamento das escolas em condições de operacionalidade, de segurança e de conforto para toda a população escolar. -----

Os senhores secretários de Estado tomaram a decisão e fizeram-na publicar em despacho e descarregaram para uma escola da Amadora 600 mil euros, para uma de Cinfães 195 mil euros, uma de Gouveia 40 mil euros, em Mafra 2 milhões de euros e em Torres Vedras 3 milhões, não tem nada contra esses investimentos que são feitos nessas escolas, o único fundamento que o Despacho tem é a necessidade urgente. O senhor Presidente da Câmara não leu o Despacho, não sabe que o Governo tomou a iniciativa, não sabia que foram feitos esses investimentos por causa da urgência das obras para garantir a segurança e o conforto dos alunos, porque se soubesse tinha tomado uma atitude para que as escolas do concelho também fossem alvo de discriminação positiva que não foram, porventura o senhor Presidente da Câmara não sabia, agora já sabe e ainda vai a tempo de tomar uma atitude. -----

Fala da Secundária de Ermesinde, de Valongo, da Vallis Longus, pois vale a pena aproveitar a predisposição do Governo em atribuir por necessidades de urgência a algumas escolas, cujo critério é só as necessidades de urgência, que são aplicáveis a essas escolas. -----

Disse de seguida que foram afixados nos serviços da Câmara um Aviso com um sinal de sentido proibido onde diz: *Os serviços da Divisão de Ordenamento do Território no período compreendido entre o dia 18 de junho e o dia 20 de julho encontram-se encerrados por motivos de reestruturação.* ---

Trata-se de uma situação absolutamente original e inédita na Câmara de Valongo, nem quando foi feita a tramitação dos processos de obras de formato papel para digital para o novo software de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

consulta, com instalação do Gabinete do Município, que foi um processo que não teve quebras, houve dificuldades, houve atrasos, mas nunca se encerrou um serviço da Câmara. -----

Assim, pretendia saber o que se passa na Divisão de Ordenamento do Território, para que se tome uma medida tão drástica de durante um mês fechar a porta, se é mesmo assim que as coisas se vão passar, os munícipes que tiverem que se dirigir à Câmara para consultar um processo de obras, para saber os seus pedidos, para ver as suas licenças, para alertarem para alguma questão tenham alguém que os receba que não seja um sinal de sentido proibido com um encerramento dos serviços. O que é que vai acontecer com os novos requerimentos, os novos pedidos de licenciamento que entretanto as pessoas quiserem apresentar, existem muitas câmaras, á volta, que funcionam bem em termos de licenciamento de obras e captação de investimento e não convinha que Valongo não fosse um bom exemplo também nessa matéria. -----

Depois chamou à atenção para a manutenção dos parques infantis, não está a falar daqueles que foram colocados e inaugurados umas semanas antes das últimas eleições autárquicas, esses estão novinhos, está um no Largo, em Sobrado, que até foi colocado de uma forma muito próxima e visível do local de voto, não é desses parques que está a falar, refere-se aos parques infantis, os mais antigos, que já foram colocados há muitos anos e que não têm de manutenção e são perigosos para as crianças, como por exemplo o que está na Fonte da Senhora. -----

De seguida entregou à Mesa uma cópia do **Diário da República** 2.^a Série, número 12, anexa à presente ata como **Doc.11**, e uma cópia do **Aviso** anexa à presente ata como **Doc.12**. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal da CDU, Adelino Joaquim Machado Soares**, disse que a resposta que foi enviada acerca da questão dos 100 mil euros, a resposta e mediante aquilo que motivou algum azedume aquando da discussão na Assembleia em Alfena, não está explícito o porquê, a razão por que foram retirados os 100 mil euros para apoio à construção de um novo edifício para Junta de Freguesia de Alfena, aquilo que motivo o senhor Presidente da Câmara a afirmar que não havia nenhum processo relativamente à cedência de terreno. -----

De seguida fez a leitura de um **Requerimento** anexo à presente ata como **Doc.13**, cujo teor se transcreve: -----

“Após termos recebido a resposta ao requerimento por nós apresentado sobre a sede da Junta da Freguesia de Alfena, constatamos que falta responder à questão: -----

Porque foi inscrita a verba de 100 mil euros na última revisão orçamental de 2017? -----

Aguardamos a resposta a esta questão por parte da CM de Valongo.” -----

Seguidamente fez a leitura de um **Requerimento** anexo à presente ata como **Doc.14**, cujo teor se transcreve: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

“Após termos recebido a resposta ao requerimento por nós apresentado sobre a Escola Secundária de Ermesinde, pretendemos saber: -----

Apesar de ser um valor insuficiente para conclusão de todas as obras incluídas na 2ª fase do projeto, porque não foi aplicado o saldo de 315 mil euros na conclusão de parte dessas obras?

Pretendemos que nos seja disponibilizada toda a documentação que comprove o impedimento do uso da verba de 315 mil euros na Escola Secundária de Ermesinde e que tenha obrigado a CM a aplica-la na Escola Secundária de Valongo.” -----

De seguida fez a leitura de um **Requerimento** anexo à presente ata como **Doc.15**, cujo teor se transcreve: -----

“A CDU apresentou em 22/07/2017 um requerimento sobre o estado do terreno no lugar do Outeiro em Campo, conhecido por terreno do Saramago, propriedade da empresa de Lousas de Valongo. ----

O estado em que o terreno se encontrava tornava-o um perigo público. Assim, admitimos que face a esse requerimento, a empresa tenha iniciado trabalhos na área. Mas, aquilo que se pode verificar no local, é a nosso ver, o redesenhar do espaço geográfico a bel-prazer da empresa, preparando-se para eliminar dois caminhos (tapando para já um com montes de terra) que ladeiam o terreno da empresa e sempre conhecidos como públicos e de acesso a outras propriedades, mas também, desde tempos imemoriais, de acesso público ao rio Ferreira e à sua praia fluvial, conhecida pela praia do Areal, «a praia dos pobres». -----

A exemplo de outras situações cometidas por esta empresa, estará a mesma a preparar-se para transformar aqueles caminhos públicos em caminhos de servidão (aplicando lá dois portões) e acabando com o acesso público ao rio? -----

Por outro lado, a empresa está a mudar o traçado de outro caminho no mesmo local, tornando-o ainda mais sinuoso e encostando-o a um alto e antigo paredão, que por ameaçar ruir, foi reforçado com uns pilares de cimento construídos há mais de sessenta anos e atualmente com evidentes sinais de degradação, constituindo por isso, uma ameaça de ruína e um perigo permanente para quem próximo dali circule. -----

Para além disso, com esta atitude, a empresa poderá um dia argumentar que o terreno para onde está a desviar o caminho era seu (a exemplo do que aconteceu com a Rua de S.ta Baia em Campo) e a todo o momento também, aplicar ali mais um portão e transformar aquele caminho público em caminho de servidão, retirando o direito de acesso público aos montes e às zonas do Fontão e da Queiba, na margem esquerda do rio Ferreira, depois de ao longo dos tempos, já terem sido eliminados diversos caminhos, que do Lugar das Vinhas e Outeiro, davam acesso àquela zona. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

As perguntas que queremos ver respondidas são as seguintes: Com atitudes destas não se estará a criar condições para a repetição da situação criada na Rua da Estrada Velha da Fervença em Campo ou na Rua 1º de Maio em Alfena? -----

Está a Câmara informada do que se está a passar? -----

Está a Câmara de acordo com isto? -----

Tudo isto está em conformidade com a Lei? -----

Qualquer alteração de caminhos ou alienação dos mesmos não obedece a decisões autárquicas e à afixação de Editais? -----

Foram estes colocados? -----

Onde e quando foi decidida a sua colocação?” -----

Seguidamente apresentou um **Requerimento** anexo à presente ata como **Doc.16**, cujo teor se transcreve: -----

“Edifício conhecido por Moinho de Ponte de Ferreira, em séculos passados, foi ao longo dos tempos, edifício que albergou serviços de moagem e de serração hidráulica. -----

Repartiu periodicamente a energia que recebia através da água do Rio Ferreira, entre a Unidade Industrial tradicional atrás referida e o Regadio que nascia em Ponte de Ferreira, que regava grande parte dos campos da margem direita do Rio até à Agra de Além e parte da margem esquerda, a partir do aqueduto da Ponte dos Arcos. -----

A evolução dos tempos encerrou aquela tradicional Unidade industrial, e em boa hora, a Câmara Municipal de Valongo, tomou a decisão de recuperar o edifício e de o adaptar para pólo museológico relacionado com o tradicional fabrico do pão na nossa terra. -----

Só que presentemente o edifício encontra-se num estado de abandono tal, que revela o nenhum aproveitamento daquelas instalações. -----

Como nunca ninguém vê as suas portas serem abertas, não se vislumbra qualquer sinal de mínimo aproveitamento daquele espaço. -----

Imagina-se que o seu interior seja a imagem do desinteresse. -----

No exterior, o abandono e os sinais evidentes de desleixo, são os primeiros passos do convite ao vandalismo, se não forem tomadas medidas urgentes para o travar. -----

Foi recolhido pela Câmara, o equipamento que foi daquele edifício e que garantiu ao longo dos tempos o seu funcionamento e que segundo na altura se informou, que teria como destino, dele fazer uma exposição; mas nunca mais foi conhecida qualquer informação sobre tal equipamento. -----

Será que ainda existe? Se sim, onde e qual a sua função?” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Valongo, Ivo Vale das Neves**, informou que o parque infantil na Fonte da Senhora pertence à Junta de Freguesia de Valongo, o parque necessita de algumas pequenas intervenções e correções que são necessárias, ao nível da envolvência do parque e não dos equipamentos. -----

A Senhora **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Paula Cristina da Silva Moreira**, fez a leitura de um **Documento** que se anexa à presente ata como **Doc.17**, cujo teor se transcreve: -----

“Ainda no rescaldo deste último S. João em Sobrado é sempre importante distinguir o empenho, a dedicação e a entrega da Comissão de Festas organizadora e da comunidade local ao longo de um ano inteiro em articulação e parceria com as instituições que apoiaram, em termos logísticos e financeiros, esta festividade com mais expressividade no concelho de Valongo. Este ano foi novamente um êxito. A comunidade primou e com a união de esforços, a vontade e a paixão prosseguiu mais uma vez esta tradição de grande importância cultural e identitária. -----

Em julho de 2016, numa Assembleia Municipal do mandato anterior e que decorreu precisamente no Centro de Documentação da Bugiada e Mouriscada (CDBM), um espaço interpretativo da festa da Bugiada e Mouriscada de Sobrado, o nosso grupo municipal PSD/PPM sugeriu a abertura do Centro especialmente no dia 24 de junho para que os visitantes pudessem aceder a informação temática e difusora da singular manifestação, contribuindo assim para que os mesmos pudessem melhor compreender a festa e que fossem cativados a regressar nos anos seguintes. -----

Pensamos que a nossa sugestão foi bem acolhida e desde então gostaríamos de saber o feedback acerca da abertura do espaço no dia da festividade. Qual foi o impacto da divulgação e da disponibilidade demonstrada em receber os visitantes? Existiu ou não uma boa receptividade por parte dos visitantes? Pretendem continuar a proceder à abertura do CDBM no dia 24? -----

Entretanto, todos nós sabemos que o Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) da Universidade do Minho, a Câmara de Valongo, a Associação da Casa do Bugio e das Festas de S. João de Sobrado, e a União das Freguesias de Campo e Sobrado formalizaram em 2015, no dia 10 de novembro, um protocolo de cooperação interinstitucional para promover a Festa da Bugiada Mouriscada. O ato público teve lugar no Centro de Documentação da Bugiada e Mouriscada, em Sobrado onde a comunidade foi informada que o plano de estudo científico, a desenvolver por uma equipa do CECS, deveria acontecer em duas fases, a primeira durante um ano e a segunda durante dois anos, caso as partes outorgantes entendessem prosseguir. -----

- Passados dois anos e meio, a primeira fase está concluída? -----

- A festa já está ou não inscrita no Registo no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial? ----

- E para quando a candidatura à Lista do Património Imaterial da UNESCO? -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

- Quais serão as próximas diligências para dar continuidade a este processo? -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à consideração da Assembleia a continuação do Período Antes da Ordem do Dia no final da reunião, sendo aprovado por unanimidade. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 1 - Aprovação das atas das reuniões realizadas nos dias 08.03.2018, 27.04.2018 e 03.05.2018, não se tendo verificado intervenções as atas foram colocadas à votação e **aprovadas por unanimidade**. -----

Colocou de seguida à discussão o ponto 2.1 - Abertura de procedimento concursal para provimento de Cargos dirigentes intermédios de 2.º grau e submissão à aprovação da Assembleia Municipal a constituição do júri. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do BE, António Fernando Correia Monteiro**, disse que falaria sobre os pontos 2.1 e 2.2, é um concurso público, um procedimento normal a Câmara deve dotar as suas estruturas de pessoal com quadro que deem resposta precisa às suas necessidades na perspetiva do executivo, embora não concordando com a orientação não se vão opor. -----
Aproveitando para perguntar em que ponto de situação está o processo de regularização extraordinária dos trabalhadores precários do Município de Valongo. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Daniel Filipe Alves Felgueiras**, fez a leitura de um **Documento** que se anexa á presente ata como **Doc.18**, cujo teor se transcreve: -----

“Abertura de procedimento concursal para provimento de cargos dirigentes intermédios de 2º e 3º e submissão à aprovação da Assembleia Municipal a constituição do júri. -----

Numa era em que a gestão da coisa pública se deve pautar pelo aligeirar das máquinas e estruturas do Estado e das Autarquias assim como pelo aumentar de eficiência das mesmas, em Valongo assistimos precisamente ao contrário a coberto de uma maioria, legitimada pelo voto, mas pernicioso porque permite os desmandos do Partido Socialista e do Dr. José Manuel Ribeiro em desfavor do Concelho de Valongo e dos Valonguenses. -----

Este Partido Socialista, e digo este, porque não é o mesmo Partido Socialista que esteve na oposição entre 2009 e 2013, patrocina um aumento do custo das chefias de 451.116€ em 2013 para 917.294€ em 2018. Ora quem na oposição criticava o montante despendido e as chefias que o PPD/PSD considerava essenciais para o bom funcionamento da CMV, agora no poder perdeu completamente a noção da razoabilidade e bom senso e propõe o dobro da despesa. Só no gabinete de apoio á presidência, O chefe de gabinete externo à CMV, Adjunto externo à CMV, Apoio há vereação 1



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

elemento externo à CMV, dirigente de 2º grau 3 elementos externos á CMV. Recordo que o atual Presidente desta CMV criticou duramente a escolha de Adjunto do seu antecessor João Paulo Baltazar, precisamente por esse adjunto ser externo aos quadros da CMV. Então e agora? Agora, porque as suas escolhas alimentam a máquina voraz do Partido Socialista já está tudo bem? Costuma-se dizer que á mulher de César não basta ser séria é preciso também parecer. O Sr. Presidente de facto não é romano... -----

*Nestes dois pontos e porque se trata da abertura de procedimentos concursais o PPD/PSD vai abster-se. No entanto queremos deixar bem claro que não podemos estar de acordo com este brutal aumento de despesa com que o PS onera esta CMV e o futuro deste concelho. -----
Como é fácil de perceber, não estão em causa os técnicos, está em causa esta desorientação estratégica em que o PS mergulha a CMV e o município de Valongo.” -----*

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, começou por dizer que a Câmara de Valongo não tem trabalhadores precários, como já foi comunicado, tinham uma situação a que muitas câmaras recorrem aos Contratos Emprego Inserção que estão a diminuir com vista a desaparecerem. -----

Sobre as questões do Membro Daniel Felgueiras, estão a fazer aquilo que é de lei, têm uma macroestrutura e por força da lei têm que abrir concurso, às vezes há a ideia de que Valongo tem um conjunto de chefias como se não existisse mais nada para além de Valongo, os gabinetes são de lei tem direito a ter um gabinete de apoio à presidência e um gabinete de apoio à vereação. -----

Quando iniciaram funções havia uma macroestrutura na Câmara, que não era da sua responsabilidade, onde previa a existência de 12 chefes de divisão, 3 diretores de departamento e um chefe de equipa multidisciplinar equiparado a diretor de departamento, ou seja, 16 pessoas sendo que os diretores de departamento e o chefe de equipa multidisciplinar têm um estatuto remuneratório diferente. -----

Alteraram, acabaram com o patamar superior e fizeram uma estrutura com 8 chefes de divisão, passado algum tempo, disse-o e repete foi um erro porque era uma estrutura demasiadamente pequena para a dimensão do Município, não era Presidente de Câmara fez uma proposta achando que era ajustada, da mesma forma que reconheceu que estava errado, aguentou até ao final do mandato e agora no novo mandato alterou a macroestrutura, entretanto já tinha criado as chefias de 3.º grau. -----

Na atual configuração não têm diretores de departamento, Gondomar, Matosinhos, Paredes, Póvoa, Santo Tirso, Vila do Conde têm diretores de departamento, criaram 13 divisões e 11 unidades de 3.º grau, ficando com 24 entre chefes de divisão e unidades de 3.º grau, Gondomar 26, Maia 26,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Matosinhos 41, Paredes 27, Póvoa 9, Santo Tirso 38, ou seja estão dentro daquilo que é a estrutura média, têm a estrutura que acham que é a mais adequada para o governo da Câmara Municipal. -----
Compreende a crítica, quando criticou, criticou porque na altura exigiu saber o curriculum, criticou se fosse hoje se calhar não tinha criticado. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Daniel Filipe Alves Felgueiras**, disse que não ouviu referir-se ao montante, gostava só que confirmasse 451 mil euros para 917 mil euros, a Câmara funcionava em 2013, não havia uma hecatombe no Município de Valongo e as coisas funcionavam com 451 mil euros e agora para funcionarem precisam de 917 mil euros, isso é que é a questão. -----

Pretendia que fosse fornecida uma informação escrita sobre isso, até ao momento são os elementos que tem. -----

Relativamente à questão do Adjunto do seu antecessor João Paulo Baltazar, foi pena não ser na altura que tenha chegado à conclusão que se calhar não devia ter feito esse tipo de comparação. -----

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que quando nomeiam em substituição, nomeiam pessoas da Câmara Municipal de Valongo, a quem já pagam o salário com exceção do aumento pelo exercício da função, o Membro faz contas como se num concurso público quem entra são todos de fora, ninguém sabe só no final dos concursos públicos é que se sabe quem é que vem de fora e quem é que não vem de fora. -----

As despesas com o pessoal tem diminuído não tem aumentado, o Membro tem que perceber é que quando se abrem concursos públicos ninguém sabe quem é que fica, é preciso esperar e só no fim é que se faz contas. -----

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Alfena, Arnaldo Pinto Soares**, disse que aquilo que entendeu foi que com as chefias gatava-se 451 mil euros, não interessa se são de dentro se são de fora, a Câmara paga 451 mil euros e com as novas chefias vai pagar 917 mil euros, não tem nada a ver com aquilo que o senhor Presidente da Câmara disse, aquilo que está afeto a chefias que sai do dinheiro da Câmara eram 451 mil euros e agora o que vai ficar afeto a chefias são 900 mil euros. -----

A Senhora **Membro do Grupo Municipal da CDU, Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, disse que a Câmara quando tem, de certeza, a previsão de qual é o aumento máximo que irá ter, de certeza que fez contas e sabe que no pior dos cenários vai ter um aumento de x, não acredita que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

traga à Assembleia Municipal dois documentos para votarem sem haver esse planeamento por parte da Câmara. -----

Lembrou que a CDU foi a única força que votou, no outro mandato, contra a reestruturação dizendo na altura que aquela reestruturação não foi feita por uma pessoa inocente e que não tinha experiência na governação e que por isso poderia estar equivocado, foi feita para limpar a Câmara de pessoas que o senhor Presidente não queria que estivessem ao serviço, foi essa a principal intenção com a reestruturação, prejudicando o funcionamento da Câmara. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Hélio Fernando da Silva Rebelo**, disse que o Adjunto em 2013 era ele e nunca lhe pediram desculpa, na altura pôs em causa a sua competência.

Disse que às vezes os políticos e quem exerce cargos autárquicos tem muita dificuldade em falar verdade nestes assuntos, no mandato anterior quando desceram para 8 divisões, tal como a Membro Sónia Sousa disse foi para excluir muitas pessoas dos lugares de chefias que tinham à data. -----

No caso do senhor Eng.º Luís Monteiro já se sabia na Câmara de Penafiel muito antes de ele vir para cá e sair o concurso que ele ia ser Chefe de Divisão em Valongo, o senhor Dr. Agostinho Rocha já se sabia muito antes que ia ser o Chefe de Divisão da Cultura, aliás ele esteve com uma bandeira do PS a comemorar com o senhor Presidente na escadaria da Câmara no dia da vitória em 2013. -----

O que aconteceu a posteriori é que o senhor Eng.º Luís Monteiro levou uns patins, muitos arquitetos que faziam parte dos quadros sentiram-se humilhados porque veio um Engenheiro de Minas coordenar o Urbanismo para a Câmara Municipal de Valongo, alguns arquitetos saíram e agora estão com as portas encerradas. -----

O Dr. Agostinho Rocha foi Chefe de Divisão da Cultura, se fosse no mundo privado a palavra correta era despedido, foi-lhe comunicado no último dia que ia ser substituído, desde então está de baixa, menos um técnico, como ele foi Chefe de Divisão sem ter mérito para o lugar muitos saíram. -----

O atual Adjunto, os dois secretários que foram nomeados e não fazem secretariado, o Eng.º Luís Monteiro, o Dr. Agostinho têm todos um denominador comum, fazem parte da máquina do PS, a senhora Chefe de Gabinete já prestava apoio ao Dr. Ricardo Bexiga quando veio para cá, há um denominador comum. -----

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que quando iniciou funções foi feita uma reestruturação porque entendiam, legitimamente, acreditava que funcionava melhor com 8 pessoas, foram todas nomeadas pessoas da Câmara, é falso dizer que foram afastadas, houve pessoas que nessa reestruturação deixaram de desempenhar funções, mas toda a gente que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

desempenhou funções quando fizeram a reestruturação eram todos funcionários da Câmara, e mais de metade dos chefes de divisão eram os anteriores chefes de divisão que vinham do PSD. -----
Têm um conjunto de pessoas nomeadas, quando nomeia em substituição tem que ter cabimento, tem que ter meios para pagar às pessoas, todas as pessoas que estão nomeadas em substituição são pessoas que estão na Câmara Municipal de Valongo, tirando os que transitaram, todos os que foram nomeados em substituição são funcionários dos quadros da Câmara de Valongo, técnicos superiores, alguns ganham quase a mesma coisa como técnicos ou como chefes de divisão. -----
Quando perguntam quanto é que custa depende de quem fica, porque um Chefe de Divisão que já é técnico da Câmara que tem um ordenado que igual ao de Chefe de Divisão ou menos 100 euros, se continuar a ser, o diferencial serão 14 vezes 100 euros, se naquele vier uma pessoa de fora vai haver um custo acrescido. -----
Só quando souberem quem é que vai entrar para chefias no final dos concursos públicos é que se pode fazer um cálculo dizendo a nova estrutura custa x, até lá é mera especulação. -----

A Senhora **Membro do Grupo Municipal da CDU, Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, entregou um **Requerimento** anexo à presente ata como **Doc.19**, cujo teor se transcreve: -----
“Vimos por este meio requerer qual o valor que será gasto com a abertura do concurso para provimento de cargos de dirigentes intermédios de 2.º grau e de 3.º grau, no pior das casos, isto é numa situação em que todos os dirigentes não sejam, já funcionários da CM de Valongo.” -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto **2.1 - Abertura de procedimento concursal para provimento de Cargos dirigentes intermédios de 2.º grau e submissão à aprovação da Assembleia Municipal a constituição do júri**, sendo **aprovado por maioria** com a seguinte votação: -----

Votos Favor: 18 votos a favor, sendo: 15 votos do Grupo Municipal do PS, 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Campo e Sobrado, Alfredo Costa Sousa, 1 voto do Representante do Presidente da Junta de Freguesia de Ermesinde, Miguel António Pereira Oliveira e 1 voto do Presidente de Junta de Freguesia de Valongo, Ivo Vale das Neves. -----

Abstencões: 13 abstencões, sendo: 7 do Grupo Municipal do PSD, 2 do Grupo Municipal do CDS/PP, 2 do Grupo Municipal da CDU, 1 do Grupo Municipal do BE e 1 um voto do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena, Arnaldo Pinto Soares. -----

De seguida colocou á discussão o ponto **2.2 – Abertura de procedimento concursal para provimento de Cargos dirigentes intermédios de 3.º grau e submissão à aprovação da Assembleia Municipal a**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

constituição dos júris, não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado por maioria** com a seguinte votação: -----

Votos Favor: 18 votos a favor, sendo: 15 votos do Grupo Municipal do PS, 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Campo e Sobrado, Alfredo Costa Sousa, 1 voto do Representante do Presidente da Junta de Freguesia de Ermesinde, Miguel António Pereira Oliveira e 1 voto do Presidente de Junta de Freguesia de Valongo, Ivo Vale das Neves. -----

Abstencões: 13 abstencões, sendo: 7 do Grupo Municipal do PSD, 2 do Grupo Municipal do CDS/PP, 2 do Grupo Municipal da CDU, 1 do Grupo Municipal do BE e 1 um voto do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena, Arnaldo Pinto Soares. -----

Colocou de seguida à discussão o ponto 2.3 - Contas Consolidadas do Município de Valongo, do ano 2017. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do BE, António Fernando Correia Monteiro**, disse que não queriam deixar de chamar à atenção para o facto de terem sido colocadas reservas por parte do Revisor Oficial de Contas, não ter sido possível a validação do mobilizado registado antes de 2017, porque as reservas constituem a segunda anotação mais grave, porque a primeira tem um resultado líquido negativo, salientam o facto do Revisor Oficial de Contas colocar reservas nas contas consolidadas. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do CDS/PP, Tiago Ferreira da Silva Moreira Dionísio**, perguntou que medidas serão tomadas para atenuar o resultado líquido negativo de 1,6 milhões de euros que passam para a rubrica Resultados Transitados. -----

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que as reservas relativas ao imobilizado são constantes, isso tem a ver com a questão dos imóveis que ainda não conseguiram registar, é um problema que existe em muitos municípios mas está empenhado em resolvê-lo, existe muito imobilizado, muito imóvel que não está registado e normalmente essa é a principal razão das reservas, em Valongo essa é a principal. -----

Sobre a questão do imobilizado, o resultado líquido é apurado pela diferença entre os custos e os proveitos que nem sempre implicam despesa e receita, como é o caso dos custos relativos à amortização do exercício porque contabilizam a depreciação anual do património do inventariado do Município, a fatia com maior peso na estrutura de custos da Câmara, não representando qualquer fluxo financeiro apenas procedimentos contabilísticos que visam atualizar anualmente o valor do ativo,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

as ruas, os passeios, tudo o que é ativo, outra coisa é o resultado líquido do exercício é negativo devido ao peso significativo com as amortizações. -----

Quando confrontam apenas os custos e os proveitos que implicam pagamentos e recebimentos os resultados são positivos, o que reflete a saúde financeira do Município como se verifica na demonstração dos resultados. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do BE, António Fernando Correia Monteiro**, perguntou quantos anos vão continuar a ter reservas no imobilizado, o Revisor Oficial de Contas vai continuar a ser pago para emitir nos seus pareceres reservas, isso tem custos é preciso pagar ao Revisor Oficial de Contas para ele emitir pareceres e os pareceres têm que ser dados em conformidade com a situação do concelho. -----

O Senhor **Presidente da Câmara. José Manuel Pereira Ribeiro**, informou que já registaram dezenas de imóveis, deixam de ter as reservas quando tiverem todo o património registado e não é garantido que não tenham reservas, tem a ver com a natureza da ação do ROC. -----

O fundamental é saber se os números são saudáveis, se pagamos bem, se diminuimos a dívida, isso é que é fundamental, isso é o que o ROC diz com clareza que fazem bem, trabalham bem na parte financeira. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto 2.3 - Contas Consolidadas do Município de Valongo, do ano 2017; sendo **aprovado por maioria** com a seguinte votação: -----

Votos Favor: 18 votos a favor, sendo: 15 votos do Grupo Municipal do PS, 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Campo e Sobrado, Alfredo Costa Sousa, 1 voto do Representante do Presidente da Junta de Freguesia de Ermesinde, Miguel António Pereira Oliveira e 1 voto do Presidente de Junta de Freguesia de Valongo, Ivo Vale das Neves. -----

Abstencões: 13 abstenções, sendo: 7 do Grupo Municipal do PSD, 2 do Grupo Municipal do CDS/PP, 2 do Grupo Municipal da CDU, 1 do Grupo Municipal do BE e 1 um voto do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena, Arnaldo Pinto Soares. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 2.4 - 3ª Revisão do Orçamento e 3ª Revisão das Grandes Opções do Plano do ano 2018. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Daniel Filipe Alves Felgueiras**, fez a leitura de um **Documento** anexo à presente ata como **Doc.20**, cujo teor se transcreve: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

“Conforme dissemos aquando da discussão e votação do orçamento, o orçamento 2018 reflete opções de gestão com as quais não nos identificamos e com as quais não podemos concordar. -----
Reforçamos que numa era em que a gestão da coisa pública se deve pautar pelo aligeirar das máquinas e estruturas do Estado e das Autarquias assim como pelo aumentar de eficiência das mesmas, em Valongo assistimos precisamente ao contrário a coberto de uma maioria, legitimada pelo voto, mas pernicioso porque permite os desmandos do Partido Socialista e do Dr. José Manuel Ribeiro em desfavor do Concelho de Valongo e dos Valonguenses. -----
Com este orçamento de 2018, dissemo-lo na discussão do orçamento e mantemo-lo agora, não conseguimos assegurar a competitividade Fiscal do Município. -----
Assistimos ao aumento da água e saneamento. -----
Assistimos ao aumento do IMI. -----
Assistimos a uma Derrama a 1,5%. -----
Assistimos à manutenção da participação variável no IRS a 5%. -----
Estas opções do Partido Socialista e do Dr. José Manuel Ribeiro, com as quais nós PPD/PSD não concordamos, são penalizantes dos valonguenses e incompreensíveis já que as contas do município estão controladas e numa fase de consolidação por força do PAEL, que foi ao longo dos últimos 4 anos, em conjunto com o PPD/PSD, o filtro e bloqueio aos desmandos do Partido Socialista. Agora em maioria, o Partido Socialista fará aquilo que sabe fazer, desconstruir e criar problemas para que outros mais tarde resolvam. -----
A renegociação do PAEL, medida em si positiva já que aproveita melhores condições que o mercado financeiro hoje pode oferecer, atira para a frente o empréstimo, 20 anos, perdendo assim a oportunidade de com esta renegociação efetivamente baixar os encargos do município. Objetivo? Ganhar tesouraria para continuar a sua política de festas e festinhas, aumentar o número de vereadores em regime de permanência, aumentar o número de elementos do seu gabinete, recorrendo uma vez mais a elementos externos à Câmara Municipal de Valongo. -----
Conforme havíamos referido durante a discussão do orçamento, há neste orçamento algumas apostas acertadas na ação social, nomeadamente no parque escolar e alguns arruamentos, assentes em forte investimento alheio a responsabilidade do Partido Socialista e do Dr. José Manuel Ribeiro. Votamos contra o orçamento porque não concordamos com os pressupostos e princípios que o regem. Um orçamento que penaliza fortemente os munícipes, um orçamento centrado em arrecadar receita via fiscal e não na racionalização da despesa. -----
No entanto somos uma força política responsável, e quanto a esta revisão orçamental que contempla verbas para o gabinete de medicina no trabalho, o PPI com um montante destinado ao projeto de eficiência energética da Piscina Municipal de Valongo, votaremos abstenção.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do BE, António Fernando Correia Monteiro**, disse que para além da abertura da rúbrica para o concurso para a recolha de monstros, a outra rúbrica vêm com interesse a substituição de veículos ligeiros de passageiros e mercadorias por elétricos e híbridos, mas as opções do plano de 2018 mantêm no essencial as escolhas políticas e das prioridades do atual executivo que não são coincidentes com as do BE. -----
Nesse sentido votam da mesma forma que votaram no orçamento de dezembro passado. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do CDS/PP, Tiago Ferreira da Silva Moreira Dionísio**, disse que o orçamento de 2018 é reflexo direto daquilo que são as intenções de uma maioria PS, foi um orçamento que levou ao aumento do IMI, manutenção da Derrama, a participação variável de IRS, na água, parquímetros entre outros. -----
Resumidamente levou um bom aumento da tributação para os valonguenses, foi um orçamento marcado pela indefinição que levou a alterações constantes, à criação de novas rúbricas e alteração do quadro entre outros. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou á votação o ponto 2.4 - 3ª Revisão do Orçamento e 3ª Revisão das Grandes Opções do Plano do ano 2018, sendo **aprovado por maioria** com a seguinte votação: -----

Votos Favor: 18 votos a favor, sendo: 15 votos do Grupo Municipal do PS, 1 voto do Presidente de Junta da Freguesia de Campo e Sobrado, Alfredo Costa Sousa, 1 voto do Representante do Presidente da Junta de Freguesia de Ermesinde, Miguel António Pereira Oliveira e 1 voto do Presidente de Junta de Freguesia de Valongo, Ivo Vale das Neves. -----

Votos Contra: 1 votos contra do Grupo Municipal do BE. -----

Abstenções: 12 abstenções, sendo: 7 do Grupo Municipal do PSD, 2 do Grupo Municipal do CDS/PP, 2 do Grupo Municipal da CDU e 1 um voto do Presidente de Junta da Freguesia de Alfena, Arnaldo Pinto Soares. -----

A Senhora **Membro do Grupo Municipal da CDU, Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, fez a seguinte **Declaração de Voto:** -----

“Apesar de ter votado contra o orçamento de 2018 a CDU absteve-se porque considera pertinente as verbas introduzidas pela terceira revisão.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à apreciação o ponto 3. Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo. -----

A Senhora **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Paula Cristina da Silva Moreira**, disse que teve algumas dificuldades em preparar a sua intervenção atempadamente pelo facto o documento ser extenso e enviado muito próximo da Assembleia, conforme já havia sido referenciado em Assembleias anteriores.-----

Refere que na preparação da sua intervenção hesitou na metodologia a usar para fazer as suas observações em relação ao conteúdo da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, tendo optado por começar as suas apreciações utilizando por base as categorias designação, breve descrição, local, data, objetivo conforme vêm enunciadas no documento.-----

Mesmo estando o documento paginado, sugeriu que enumerassem as atividades para ser mais facilmente identificadas e facilitar rapidamente a pesquisa para todos durante a apreciação.-----

Referiu que em termos de designações das atividades, existem designações que não compreende e questiona o que são, servindo-se do exemplo da última atividade na página 70, que refere – “De acordo com o Artigo 69.º compete ao serviço de Parques e jardins d) Gerir e manter viveiros onde se preparem as mudas para os serviços dos parques e jardins e zonas públicas f) Apoiar Hortas Comunitárias da responsabilidade do Município” . Considera que o que está escrito neste campo não faz muito sentido como designação.-----

Ainda nas descrições, refere que há descrições que são muito breves com duas palavras, e outras são dois ou três parágrafos. Sugere que uniformizem e apresentem o conteúdo de modo resumido para expor uma descrição da atividade ou tarefa que foi desenvolvida durante o período das datas indicadas. -----

Em termos de locais, o documento apresenta umas vezes concelho, outras vezes freguesias, outras vezes são indicados edifícios sem referenciar a freguesia, podendo também gerar alguma confusão. --

Em termos de datas, estas por vezes são sinalizadas de modo contínuo, outras vezes são indicadas com o período anunciado na capa do relatório e outras vezes chegam ao pormenor de colocar a hora do evento no campo da data. Neste sentido, considera que também este campo não está uniformizado.-----

Em termos de objetivos, na sua opinião acha que regra geral não estão bem definidos, ora estando escrito no início em tempo infinitivo ou em outras vezes em nome. No seguimento desta matéria, faz



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

uma proposta para que a Autarquia promova formação sobre a formulação e redação dos objetivos para os técnicos.-----

Em termos de público, refere que aparece no documento público geral, população geral, município, munícipes, moradores e outras designações, voltando a questionar se os conceitos estão bem definidos para os diferentes técnicos que preenchem este campo.-----

Em termos de números, questiona se quando completam este campo colocam números de participantes ou de visitantes, muitas vezes não estando muito claro nas inúmeras atividades sinalizadas. Nesta matéria, recorre ao exemplo da página 100 que indica como números “0,95” e “0,75”, questionando a que se referem. -----

A senhora Paula Cristina da Silva Moreira continua a percorrer o documento e indica que na página 3, no início, o objetivo e o público-alvo têm o mesmo conteúdo: “Cumprir e promover o cumprimento da legislação em vigor relativa a poluição sonora, designadamente propondo e executando ações de monitorização do ruído bem como propondo a adoção de medidas minimizadoras de ruído”, admitindo que a repetição deve ter sido um erro a compilar.-----

Refere ainda que numa outra parte do documento que indica a Escola de Xisto em Sobrado, está errado, porque a mesma não está localizada em Sobrado.-----

Em termos de custos das atividades, menciona que o documento apresenta custos numa atividade e noutras não, aspeto também já referenciado em intervenções de Assembleias anteriores que apelavam para incluir em todas as atividades os custos inerentes. Surpreendida refere que na página 25 vem indicado o valor 222 euros pela aquisição de 8 regueifas para oferta, considerando um valor avultado.-----

Menciona ainda que na página 24, por exemplo na designação – “Participação na Exposição “Trajes Típicos” na Torre dos Alcoforados” não estar muito claro, questionando que se exposição veio a Sobrado ou Sobrado é que foi à exposição.-----

Refere que na última Assembleia tinha sugerido que discriminassem as atividades/intervenções em Campo e em Sobrado para melhor análise, e que neste documento novamente estavam enunciadas as atividades em conjunto. -----

Continuando a manifestar a sua opinião, refere que a partir da página 93, nas designações indicam vários programas e nas diferentes descrições o texto apresentado muitas vezes: “A obra consta da construção...”, “ A obra contempla...”, demonstrando no seu entendimento que é intenção da autarquia constituir a obra e não é obra executada no período que decorre de x a y, indicado no relatório. Não se sabe se já estão a decorrer ou não estão a decorrer as obras até porque tem várias vezes referenciadas negociações de terrenos, ficando ambíguo. E questiona assim se estas informações não serão só para preencher mais folhas.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, agradeceu à Membro Paula Moreira porque leu e dizer-lhe que são documentos, dão muito trabalho, há coisas que disse aqui que estão bem, na parte do planeamento municipal, das obras municipais, é mesmo assim, os processos não são para encher, significa que estão a desenvolver dezenas de processos relacionados com o Plano Municipal de Acessibilidades para Todos, portanto não são todos iguais. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação por escrutínio secreto o ponto 4 – Eleição de dois elementos para integrar a CPCJ de Valongo, foram eleitos, **por maioria, António Fernando Correia Monteiro e Sandra Maria Nunes Ribeiro da Silva Rebelo**, verificando-se a seguinte votação: -----

Favor: 23 votos a favor -----

Contra: 1 voto contra -----

Branco: 7 votos em branco -----

De seguida deu início ao Período Pós Ordem do Dia. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PS, Armando Gabriel Teixeira Baltazar**, fez a leitura de um **Requerimento** anexo à presente ata como **Doc.21**. -----

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que em relação ao desemprego o número que o Membro Tiago Dionísio levou não é correto, em maio de 2018 o concelho de Valongo tinha 4888 pessoas inscritas, desempregados, 10% da população ativa, tiveram uma redução de 48% do nível de desempregados que é equivalente à percentagem de redução na Área Metropolitana do Porto. -----

Quando é referido que Valongo comparado com outros concelhos, o pior concelho é Vila Nova de Gaia 13% da população ativa está registada mais de 15 mil pessoas, depois Espinho 12%, Porto 12%, Gondomar 10% ligeiramente acima, portanto estão dentro daquilo que é a média. -----

Quando iniciou funções o número de desempregados no concelho era quase 10 mil e hoje são 4888 registados nos Centros de Emprego, são os dados oficiais do IEFP e esses é que contam. -----

Relativamente à tarifa social da água, foi já votada na Câmara, foi aprovada, uma proposta para terem um tarifário social da água, estão a aguardar o processo de emissão dos pareceres da ERSAR para depois ir à Câmara e à Assembleia Municipal. -----

Quanto às ruas que foram mencionadas estão previstas intervenções. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Sobre a questão da nova época desportiva, vão continuar com a política de discriminação positiva dos clubes com instalações próprias, só quatro clubes é que beneficiam desse apoio, dois estão em Alfena, vão manter essa política, ou seja esses clubes vão receber mais um bocadinho de apoio como já recebem hoje, isso é uma forma de discriminar positivamente. -----

Sobre a ponte de Cabeda existe um problema porque ainda não conseguiram obter a propriedade de uma parcela de terreno, parece que há alguma vontade de resolver o problema de parte do proprietário, mal ceda aquela parcela concluem o passeio e a baía de estacionamento. -----

A rua de Vilar e Bento Júnior em princípio arranca a obra em setembro. -----

Concorda com o senhor Presidente de Junta de Alfena, Alfena é de facto no concelho a freguesia que per capita tem o mais baixo investimento, sabem-no e assumem. -----

Sobre o Apeadeiro do Susão e Ermesinde, o Apeadeiro do Susão é um ponto negro, acha que terão dado um contributo grande nos acordos de execução, ficou claro que o Apeadeiro, aquela zona, seria da Junta e a Câmara tem que pagar os meios, estão conjuntamente com a Junta a tentar encontrar uma solução para resolver aquele problema. -----

Em Ermesinde é um problema onde há uma incidência muito grande de vandalismo, de comportamentos muito pouco aceitáveis, a culpa é sempre da autoridade pública se calhar vão ser obrigados a colocar vídeo vigilância, se fazem só a limpeza sem a vídeo vigilância não vão demover as pessoas que nesses locais têm comportamentos inadmissíveis. -----

Em Ermesinde, no túnel em causa, as pessoas fazem coisas durante o próprio dia as pessoas sujam aquilo durante o dia, portanto tem que haver medidas mais duras para garantir que as pessoas não vão para esses locais sujá-los. -----

Além disso estão a fazer um estudo, que está muito avançado, a identificação de vários pontos desde túneis, viadutos, etc. que possam ser alvo de um conjunto vasto de intervenções de arte urbana juntamente com a questão da vídeo vigilância, para mudar a perceção, tornar esses locais mais apreciados pela população no sentido de afastar determinado tipo de comportamentos que degradam a qualidade desses sítios. -----

Sobre a questão do Membro Miguel Santos, conhece o despacho e o Membro, provavelmente, não conhece que por pressão deles, pressão sua em particular o atual Ministro da Educação deu ordens, e já foi feita uma obra de 130 mil euros nas coberturas da escola Vallis Longus, foi há bem pouco tempo, foi o ano passado exatamente na mesma modalidade desse despacho. -----

Quando o PSD governava a Câmara houve um despacho desse género que dizia que Escola Vallis Longus ia receber 1,5 milhões de euros, desapareceu essa verba. -----

Desde que é Autarca já conseguiu assinar um acordo que foi contra a sua vontade, porque o dinheiro não era suficiente, mas assinaram um acordo com o Governo de 4 milhões de euros, já conseguiram



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

que o Governo fizesse uma intervenção de 130 mil euros e retirasse as coberturas, na Escola Secundária de Valongo estão a ser gastos 315 mil euros. -----

Havia duas alternativas o remanescente da Escola Secundária de Ermesinde, 315 mil euros, ou era usado noutra escola que estava mapeada ou perdia-se para a reprogramação. -----

Sobre os parques infantis, digam-lhe quais são, da mesma forma que gastaram o ano passado 200 mil euros além de novos na manutenção de velhos, em Sobrado fizeram a obra de manutenção e passado um dia ou dois houve logo vandalismo, em Ermesinde a obra foi feita ao lado da Vila Beatriz um dia depois uma das peças novas que lá foi colocada foi totalmente partida, não é uma criança que faz aquilo. -----

Sobre a questão da DOT o que é que se passa, não se passa nada, estão a resolver um problema, é um processo que está em curso e é importante perceber o que está a ser feito. -----

Vão manter aberto o Centro de Documentação da Bugiada e Mouriscada, não tem muitos visitantes mas foi uma boa ideia e vão mantê-lo aberto no dia da festa. Quanto à candidatura, ia até 2018, já pediram à Universidade do Minho quando é que está pronto o processo para avançar com a inscrição na Lista Nacional, porque primeiro é na Lista Nacional e obedece a um processo de consulta pública, está convencido que vai correr bem a inscrição na Lista Nacional de Património Imaterial. -----

Sobre as questões do Membro Armando Baltazar, a Câmara Municipal de Valongo tem em curso um projeto inovador, estão a fazer um projeto que nenhuma Câmara ainda fez, a Maia avançou na parte do multimaterial, nunca fez uma experiência ao nível dos resíduos sólidos, ao nível do resíduo orgânico. Começaram com 600 habitações neste momento passaram para 1485 habitações com os quatro fluxos, estão a falar de moradias, têm uma experiência em curso que são 52 prédios em altura que aceitaram e têm casa do lixo, envolvendo 2400 habitantes, e nas outras 1485 habitações, que são moradias, são 4455 habitantes que estão a fazer a separação dos quatro fluxos. -----

Neste momento, a seguir à Maia, têm o segundo lugar na reciclagem, são o segundo concelho que mais envia para reciclar dos indiferenciados, ou seja, no resíduo que é metido no saco preto estamos muito próximos da Maia que é o concelho que menos envia, estão muito próximos de todos os restantes concelhos da Lipor, estão todos atrás da Maia e de Valongo. -----

Ao nível da tarifa de resíduo sólido urbano doméstico Valongo é o mais barato, ao contrário do que às vezes se tenta fazer passar é a tarifa mais barata dos oito concelhos da Lipor. -----

O Senhor **Vereador, Paulo Jorge Esteves Ferreira**, disse que o Plano Municipal de Acessibilidade para Todos – PMAT prevê intervenções em todos os centros das cidade e vilas para melhorar a mobilidade para todos, principalmente para pessoas com mobilidade condicionada, está previsto o rebaixo das passadeiras e a substituição do pavimento original por pavimento adequado a invisuais. –



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Relativamente à Via do peregrino ainda não está terminado e no âmbito da intervenção que está a decorrer o último trabalho a ser feito é a sinalização horizontal e vertical e a pintura de passadeiras. --- Sobre a questão da DOT – Divisão de Ordenamento do Território, levantada pelo Membro Miguel Santos, questionou como teve acesso aquele documento, porque o Aviso que exibiu não está em nenhum local público nem de acesso ao público, não está na porta de entrada da Câmara, não está no Gabinete do Município nem sequer foi validado ou assinado pelo Presidente de Câmara, Vereador ou Chefe de Divisão. -----

No entanto, efetivamente existe um problema de processos em atraso e acumulados na Divisão, nas suas atuais funções deparou-se com um problema de acumulação de processos que poderia aumentar no período de férias. Portanto para que se evitasse essa acumulação de processos e o seu aumento estão a pegar em todos os processos que estão em atraso e que são normalmente a razão pelos vários pedidos de audiência, pelos vários telefonemas, inclusive tem tido muitas audiências que tem a ver com pedidos do ponto de situação de processos que estão em atraso, situação que era insustentável. -----

Assim, no intuito de eliminar esse pedido de audiências e os vários telefonemas que acabam por interromper os técnicos nas suas funções, ocupar o Chefe de Divisão, o Vereador e o Presidente, vão tentar pegar nesses processos e despachá-los durante o período de um mês para depois poderem implementar novos procedimentos, otimizar novos fluxos. O Instituto Kaizen Portugal vai implementar a sua filosofia na Câmara a partir de uma base zero e não de uma base negativa com muitos processos em atraso. -----

No entanto, os processos continuam a entrar, quem quiser submeter um processo on-line pode fazê-lo, se quiserem submeter um processo pessoalmente também vai entrar, aquilo que está a ser dito às pessoas é que dentro de 4 semanas, até dia 22 de julho obterão uma resposta. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à consideração da Assembleia a continuação da reunião, o que foi aceite por maioria. -----

Disse de seguida que relativamente ao programa das visitas às freguesias, em Conferência de Representantes foi decidido por todos que o programa ficava ao critério do Presidente de Junta da Freguesia a visitar, nomeadamente a sua divulgação ou não. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Paulo Miguel da Silva Santos**, disse que relativamente à questão sobre a origem do documento, primeiro aquilo não é um documento, não tem uma assinatura, é um Aviso que é afixado, o senhor Vereador devia-se preocupar menos de onde é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

que o Aviso veio ou deixou de vir, com certeza que não coloca em questão a sua autenticidade, e não se sente na obrigação de lhe prestar qualquer tipo de esclarecimento nesse sentido. -----

Está em causa que a Divisão vai fechar, existe um Aviso que tem um sinal de sentido proibido e que esclarece que durante um mês a Divisão vai estar fechada, o que interessa é que a Divisão vai estar fechada durante um mês e a pergunta que colocou foi explicada em várias vertentes mas há uma que não foi explicada. -----

Os interessados continuarão a submeter processos de licenciamento, requerimentos on-line mas não é essa a questão, a questão é o que é que se passa na Divisão para depois destes anos todos ter chegado ao ponto de uma originalidade que é fechar a porta para andar a recuperar processos, quando chegar ao final desse mês os processos vão acumular outra vez, a pergunta que coloca é o que é que se passa nessa Divisão -----

Perguntou se têm consciência do impacto que isso pode ter em termos públicos, do que pode significar quando as pessoas se aperceberem que a Câmara de Valongo não está a tratar de processos de licenciamento de obras particulares porque fechou a porta, está durante um mês de porta fechada, o prejuízo de imagem que isso pode causar ao Município de Valongo. -----

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que não está nada fechado, há câmaras como Matosinhos onde há muito tempo ninguém aceita processos em papel, é tudo on-line. -----

A Câmara está há mais de um mês a implementar a filosofia Kaizen e há uma coisa importante que é o tempo de resposta. -----

Quanto à questão porque é que acontece, trata-se de um problema do país e de muitas câmaras, durante muitos anos a principal unidade das câmaras era Urbanismo, a principal fonte de receita, e tinha dezenas de pessoas, houve um momento que entraram em crise e o urbanismo perdeu pessoas como todos os setores, hoje não tem os mesmos meios que tinha. Hoje nas câmaras a divisão mais importante não é o urbanismo, a área social é que tem mais pessoas, tem a ver com uma mudança de paradigma na gestão das câmaras. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à admissão os seguintes documentos: -----

- **Moção**, apresentada pelo BE, anexa à presente ata como **Doc.8, admitida por unanimidade**; -----
- **Moção**, apresentada pela CDU, anexa à presente ata como **Doc.5, admitida por unanimidade**; ----
- **Moção**, apresentada pelo BE, anexa à presente ata como **Doc.3, admitida por unanimidade**; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

- **Recomendação**, apresentada pelo Grupo Municipal do BE, anexa à presente ata como **Doc.7, admitida por unanimidade**; -----
- **Recomendação**, apresentada pelo Grupo Municipal do BE, anexa à presente ata como **Doc.6, admitida por unanimidade**; -----
- **Voto de Pesar**, apresentado pelo Grupo Municipal do PS, anexo à presente ata como **Doc.1, admitido por unanimidade**. -----

De seguida colocou á discussão a **Moção**, apresentada pelo BE, anexa à presente ata como **Doc.8**.---

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Daniel Torres Gonçalves**, começou por dizer que será a matéria mais relevante da sociedade atualmente, já teve a oportunidade de apresentar uma Moção há algum tempo sobre o tema e vai falar essencialmente sobre a parte da questão europeia que os deve preocupar a todos, alguém dizia se calhar isto não é sítio para se discutir estas matérias, não concorda, estas matérias devem ser discutidas em todos os fóruns e a começar ali, a começar nas assembleias de freguesia e a discutir nas escolas secundárias. -----

Aquilo que têm hoje é uma normalização da xenofobia no Continente Europeu, em que cada vez mais estão a ceder às tentações populistas de terem medidas e terem uma retórica contra aquilo que é diferente, contra os migrantes, contra os refugiados e não se podem conformar. -----

Não é uma questão, não é um debate, entre esquerda e direita isso já foi há muito ultrapassado, porque quem vier com um discurso reduzido a essa matéria de que é uma questão de esquerda direita está muito enganado, sente-se desconfortável por ter um partido ou ter uma pessoa como o Viktor Orbán, da Hungria integrado no PPE, ouvem muito falar da Hungria mas também podem falar de Malta, da Eslováquia, da Roménia que são exatamente criticáveis na mesma medida e pertencem ao Partido Socialista Europeu, -----

O problema está à direita com a Hungria, com a Polónia, com a Áustria, com a Itália e à esquerda com Malta, com a Eslováquia, com a Roménia, ou seja isto é uma questão que ultrapassa e nestas matérias devem-se distinguir não ser de esquerda ou de direita mas sim por serem ou não universalistas e acreditarem na diferença, na inclusão e na capacidade de terem uma Europa diferente, porque a Europa que começou há 50 anos e fez com que não tenham guerras no Continente durante um período de tempo que nunca tinha acontecido desde que há memória, um projeto que foi assente nessa diferença.-----

O ideário da Constituição começa por dizer que a República assenta na dignidade da pessoa humana, na base está a dignidade da pessoa humana, no momento que negarem a dignidade da pessoa humana não estão só a violar a lei, não estão só a desrespeitar a lei e estão a destruir a República e por isso é que o texto não é totalmente feliz e tem erros objetivos. O Acordo com a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Turquia não foi celebrado pela Comissão Europeia mas sim pelo Conselho Europeu e não foi para a detenção de migrantes, mas isso são pormenores face à gravidade do que está em questão. -----
Vai haver uma proposta da bancada do PPD/PSD, poderem não votar todos da mesma forma, mas ele pela pertinência do tema e por acreditar que no tema nós, não se devem ficar por o que é superficial, devem-se unir todos, não se conformarem e não acharem que é um debate dos outros, porque não, é cada um não se pode conformar com isto e não achar que são discussões isotéricas, o grande problema é todos acharem que não tem a ver com eles, tem a ver com eles e por isso vai votar a favor, é o seu voto pessoal. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Daniel Filipe Alves Felgueiras**, disse que respeita a posição do Membro Daniel Gonçalves, no entanto propõe uma modificação ao texto apresentado pelo BE na parte em que diz: - *a prática desumana de separação de famílias migrantes levada a cabo pelo governo norte-americano* - estão de acordo, votam favoravelmente, mas na parte seguinte - *e as políticas xenófobas dos governos de Itália e doutros países europeus* - ou especificam os países ou não podem votar favoravelmente, têm que especificar que países é que são. -----
No limite podem estar a falar de Portugal, de Espanha, de França, ou seja, ou retiram essa parte ou especificam quais são os países, ou então separam em dois pontos para que possam votar favoravelmente a parte que diz respeito ao governo norte-americano, ou especifica os restantes países ou então terão que votar contra a parte doutros países europeus, se não for feito isto, alguns Membros da bancada do PPD/PSD votarão de acordo com a sua consciência, no seu caso nessa configuração terá que se abster. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do BE, António Fernando Correia Monteiro**, disse que quando se põe e doutros países europeus o Membro Daniel Gonçalves já os especificou, quando se põe a Itália é porque Itália foi o país que mais se mostrou e tomou uma posição redundante acerca do acolhimento dos migrantes, essa é a grande razão. -----
Para não estarem a cometer nenhuma injustiça não nomearam os outros países, é essa a razão, até porque ainda há dias o Governo de Itália recusou liminarmente aceitar refugiados, ou migrantes, depois foi a Espanha que aceitou, não pode estar a dizer ao pormenor quais foram as posições dos outros países. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PS, Agostinho Barbosa Vieira Rodrigues Silvestre**, disse que relativamente à questão da Moção poder ser alterada ou não, gostava de apelar ao sentido



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

prático e de facto o que se vota aqui é o espírito global da proposta e não é tanto o país este ou aquele. -----

Ouviu com muita atenção aquilo que o Membro Daniel Gonçalves disse e está inteiramente de acordo com ele, a questão da Itália, a questão da Hungria, então poderiam estar a discutir, cada um terá uma opinião diferente sobre a Hungria, sobre a Itália, o que estará em discussão e o que os Membro vão ser chamados a votar é o espírito da proposta não é o país A, B ou C. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação **Moção**, apresentada pelo BE, anexa à presente ata como **Doc.8**, sendo **aprovada por maioria** com 24 votos a favor e 6 abstenções do Grupo Municipal do PPD/PSD. -----

De seguida colocou á discussão a **Moção**, apresentada pela CDU, anexa à presente ata como **Doc.5**, não se tendo verificado intervenções foi colocada à votação e **aprovada por maioria** com 22 votos a favor e 8 abstenções 7 abstenções do Grupo Municipal do PPD/PSD e 1 abstenção do Grupo Municipal do CDS-PP. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, Daniel Filipe Alves Felgueiras**, fez a seguinte **Declaração de Voto**: -----

“Relativamente a esta Moção não está em causa a importância do transporte público para nós está sim em causa que está referida aqui que a Câmara Municipal de Valongo defenda a opção de considerar a STCP o operador interno da AMP no processo que se vai iniciar, de contratualização da operação do serviço público de transporte, e depois em baixo exigir que a Administração Central continue a financiar o sistema dado que o serviço de transportes público é da sua exclusiva responsabilidade. -----

Nós aqui com estes considerandos, com esta decisão estaríamos a eliminar completamente do panorama a possibilidade de empresas privadas poderem prestar um serviço que podem prestar bem e muitas vezes, em melhores condições financeiras que o próprio Estado. -----

Portanto é por esse motivo que nos abstivemos, consideramos importante esta Moção, não fosse o facto de estar aqui a considerar isto nestes termos na eliminação da equação da parte privada.” -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à discussão a **Moção**, apresentada pelo BE, anexa à presente ata como **Doc.3**, não se tendo verificado intervenções foi colocada à votação e **aprovada por unanimidade**; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

De seguida colocou à discussão a **Recomendação**, apresentada pelo Grupo Municipal do BE, anexa à presente ata como **Doc.7**, não se tendo verificado intervenções foi colocada à votação e **aprovada por unanimidade**; -----

Colocou de seguida à discussão a **Recomendação**, apresentada pelo Grupo Municipal do BE, anexa à presente ata como **Doc.6**, não se tendo verificado intervenções foi colocada à votação e **aprovada por unanimidade**; -----

Seguidamente colocou à discussão o **Voto de Pesar**, apresentado pelo Grupo Municipal do PS, anexo à presente ata como **Doc.1**, não se tendo verificado intervenções foi colocado á votação e **aprovado por unanimidade**, não participou na votação o membro Daniel Filipe Alves Felgueiras. -----

De seguida colocou à votação a aprovação em **Minuta** do ponto 2.1, 2.2, 2.3, 2.4 e 4, sendo **aprovado por unanimidade**, dando de seguida por encerrada a sessão. -----

O Presidente: _____

O 1º Secretário: _____

A 2ª secretária: _____